

# 8.º Relatório Trimestral da Ouvidoria/CNJ Outubro a Dezembro de 2011

## INTRODUÇÃO

A Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010, do CNJ, estabelece que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

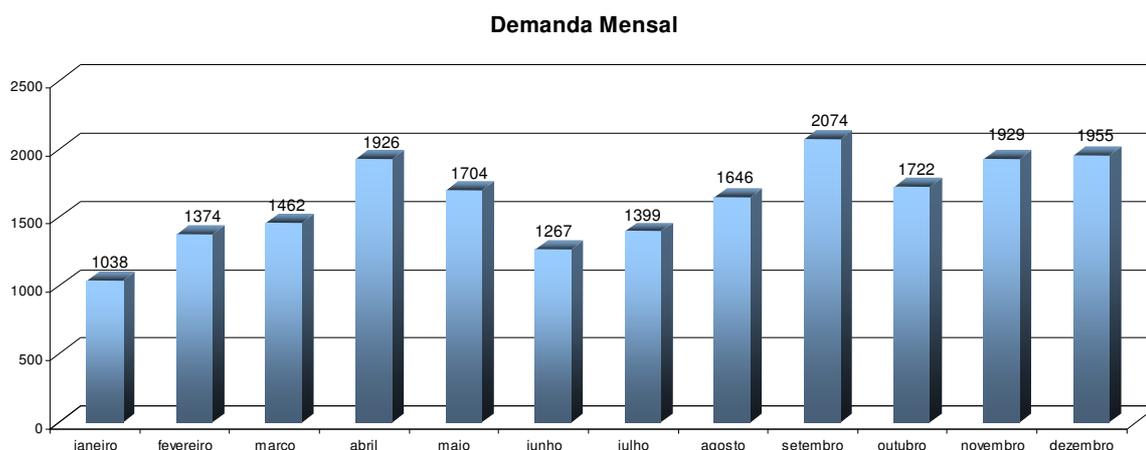
A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução nº 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010. No período compreendido neste relatório, exerceu a função de Ouvidor o Conselheiro Wellington Cabral Saraiva, eleito na 133ª sessão plenária, de 30 de agosto de 2011.

Este relatório é apresentado ao Plenário em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da Resolução nº 103/2010, contendo dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de outubro a dezembro de 2011.

## 1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

No último trimestre de 2011, a Ouvidoria recebeu 5.606 demandas.<sup>1</sup> O número cresceu nos primeiros quatro meses do ano, apresentou queda em maio e junho e voltou a apresentar crescimento a partir de julho. A média do segundo trimestre (1.632) resultou 26,44% maior do que a do primeiro (1.291), e a do terceiro trimestre (1.706) apresentou crescimento de 4,53% em relação ao segundo. Apesar de haver queda nas demandas no mês de outubro, a média do último trimestre foi a maior do ano, com 1.867 registros.

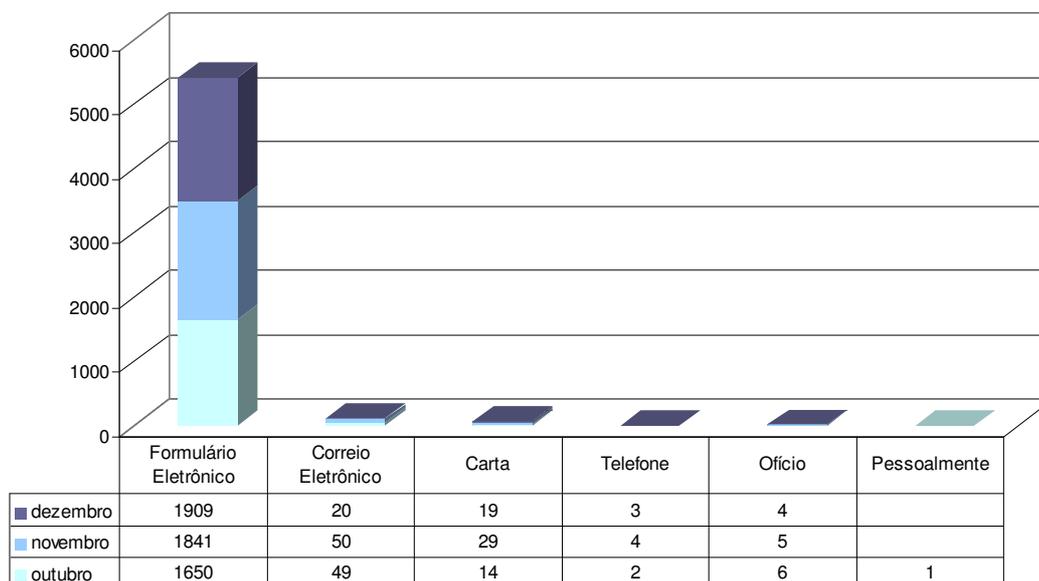
O gráfico a seguir representa a demanda mensal:



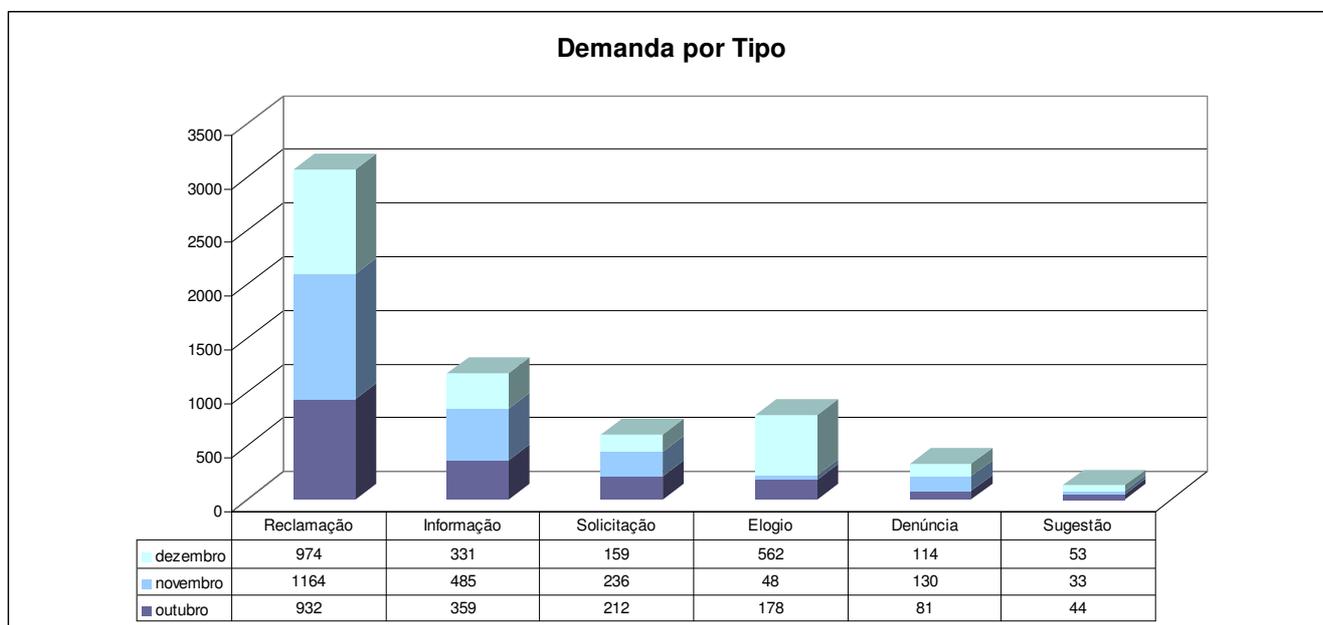
O formulário do sistema eletrônico de atendimento continua sendo o meio mais utilizado para acesso à Ouvidoria, com 96,33% dos registros, seguido do correio eletrônico, com 2,12%. Tem-se estimulado a utilização do formulário eletrônico para que o cidadão informe os dados necessários à análise da manifestação e a insira diretamente no banco de dados do Sistema da Ouvidoria. Tem-se também ressaltado a necessidade de aperfeiçoar as rotinas de serviços e a celeridade no tratamento das demandas recebidas. O gráfico a seguir representa a distribuição:

<sup>1</sup> Não foram computadas manifestações duplicadas ou que representaram continuação de demanda anterior. Esses registros totalizaram 565 manifestações de outubro a dezembro.

### Demanda por Meio de Comunicação



Levando em consideração os tipos de demandas, a maior parte delas é de reclamações (3.070 = 50,37%) e de pedidos de informações (1.175 = 19,28%), conforme o gráfico abaixo:



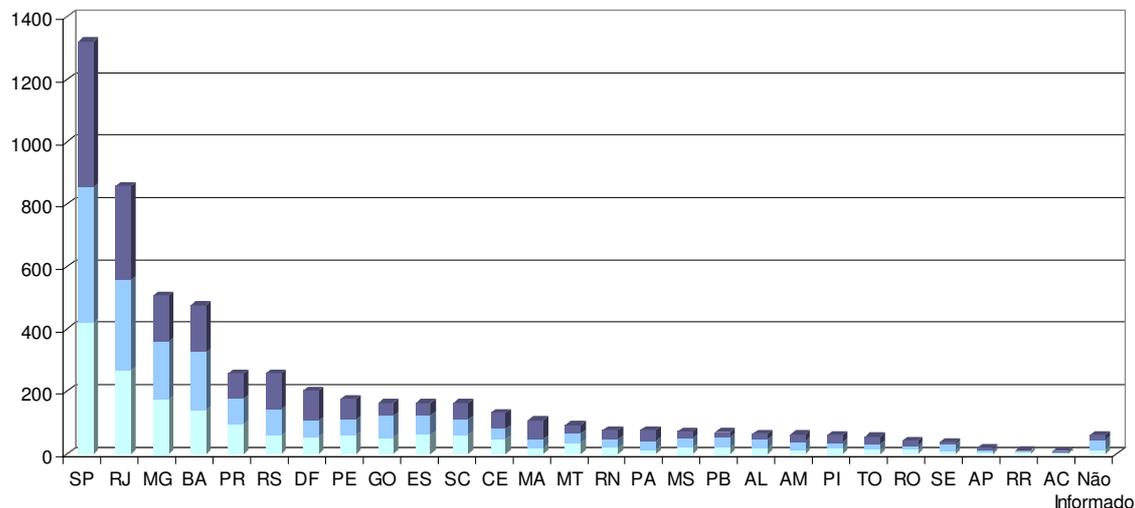
Obs.: O registro pode ser classificado com mais de um tipo.

O quadro a seguir mostra a quantidade de demandas de outubro a dezembro segundo o perfil dos seus autores, destacando-se novamente o grande número de servidores públicos.

Ocupação	Total	%
Servidor público	1.134	20,23%
Advogado	953	17,00%
Aposentado	612	10,92%
Não Informado	557	9,94%
Profissional liberal ou autônomo	485	8,65%
Empregado de empresa privada	429	7,65%
Estudante	379	6,76%
Desempregado	374	6,67%
Empresário	200	3,57%
Empregado público	172	3,07%
Militar	100	1,78%
Presidiário	74	1,32%
Pensionista	72	1,28%
Magistrado	28	0,50%
Perito	22	0,39%
Delegado de polícia	6	0,11%
Defensor público	5	0,09%
Membro do Ministério Público	4	0,07%
<b>Total</b>	<b>5.606</b>	

O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o estado de origem. O maior número de manifestações provém dos Estados de São Paulo (1.322 = 23,58%), Rio de Janeiro (858 = 15,31%), Minas Gerais (508 = 9,06%) e Bahia (477 = 8,51%):

**Demanda por Estado**



## 2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O quadro abaixo apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria, classificadas segundo os tipos e temas tratados. O tema morosidade processual permanece como o de maior frequência e representa 25,82% dos registros, assunto que será detalhado no item 2.2 deste relatório.

Em segundo lugar, com 11,94% das manifestações, figuram as demandas que tratam da atuação da Corregedoria Nacional ou que a ela se dirigem, sendo que 96,98% desses registros foram classificados como elogios.

Os relatos que tratam de decisão judicial, assunto referente ao teor de despachos e decisões, figuram em terceiro lugar, com 4,87% do total. Em quarto, encontram-se as manifestações sobre atuação de magistrado, com 4,22%.

As manifestações acerca de processos em curso no CNJ (andamento/situação processual no CNJ), inclusive na Corregedoria Nacional de Justiça (andamento/situação processual), somam 80 registros, ou seja, 1,31% do total:

Assunto	Reclamação	Informação	Elogio	Solicitação	Denúncia	Sugestão	Totais
Morosidade processual no Poder Judiciário	1.449	41		48	36		1.574
Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça	2	14	706	4	1	1	728
Decisão judicial	245	13	1	22	15	1	297
Atuação de magistrado	188	10	3	7	48	1	257
Demanda fora da competência do CNJ	92	31	1	36	51	10	221
Consulta jurídica	26	151	1	23			201
Administração de tribunal	166	7	1	10	7		191
Matéria de cunho jurisdicional	93	17		51	30		191
Demanda insuficiente para classificação	24	58	2	31	16		131
Funcionamento/procedimento de vara/comarca	99	6		2	16	1	124
Movimento pela Conciliação/Projeto Conciliar é Legal	11	84		23		1	119
Como peticionar ao CNJ	29	59		13	12		113
Andamento/situação de processo judicial	36	45		15	5		101
Mutirão Carcerário	22	58	1	17			98
Concurso público para servidor do Poder Judiciário	57	20		12	6		95
Serventia extrajudicial	40	29		12	13		94
Melhorias para o Poder Judiciário				3		86	89
Atuação do CNJ	8	3	58	12		1	82
Sistema carcerário e sistema de execução de medidas socioeducativas	34	18		19	8	2	81
Consulta de mérito	5	54		9	1		69
Execução penal (regime de cumprimento de pena)	34	9		12	13		68
Atuação do Supremo Tribunal Federal	42	5	1	15		3	66
Cumprimento de decisão judicial	45			6	4		55
Andamento/situação processual no CNJ (Sem sigilo)	11	19		11			41

Assunto	Reclamação	Informação	Elogio	Solicitação	Denúncia	Sugestão	Totais
Atuação de servidor/funcionário do Poder Judiciário	35		2		4		41
Pagamento e gestão de precatórios (Res. 115/2010 e Res. 123/2010)	26	10		5			41
Acesso a sistemas do CNJ	12	15		13			40
Projeto Começar de Novo	3	18	1	13		2	37
Extravio de processo ou documento/restauração de autos	32				3		35
Atividade jurídica (Res. 75/2009)		30		3			33
Acesso a sistemas de informação de órgão do Poder Judiciário	22	5			1	2	30
Projetos/programas do CNJ	2	7		20		1	30
Decisão do CNJ	20	3		3		1	27
Resposta/atuação da Ouvidoria do CNJ	2	14	2	9			27
Atos administrativos do CNJ	1	19		6			26
Cadastro Nacional de Adoção	2	14		8		2	26
Movimento pela Conciliação - campanha divulgada na TV e rádio		23		2			25
Pesquisa	1	20		2		2	25
Processo eletrônico do CNJ (e-CNJ)	7	16				1	24
Andamento/situação processual no CNJ (Com sigilo)	6	12		5			23
Assistência judiciária	3	2		18			23
Competência do CNJ	1	18	1	2			22
Justiça em números/estatísticas		16		5			21
Cumprimento de decisão do CNJ	14	3		2	1		20
Curso promovido pelo CNJ	6	11		2		1	20
Pesquisa de Satisfação e Clima Organizacional (set/2011)	10	3		6		1	20
Concurso público para ingresso na carreira da magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010)	14	3		2			19
Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ	1				18		19
Morosidade no cumprimento de decisão judicial	18						18
Andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça	3	8		5			16
Informações gerais sobre o CNJ		13		3			16
Autor. de viagem para o ext. de crianças e adolescentes (Res. 131/2011)		12		3			15
Nepotismo no Poder Judiciário	9	1			3		13
Recebimento de documento no CNJ/protocolo/número de processo		6		5	2		13
Reabilitação e certidão de antecedentes criminais	4	2		4			10
Sigilo/anonimato	1	6		1	1	1	10
Atuação de corregedoria de tribunal	4	1	3				8
Justiça Aberta	1	4		3			8
Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa	1	3		3			7
Concurso público para a outorga das delegações de notas e de registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010)	5	1		1			7
Nepotismo nos demais Poderes		2			5		7

Assunto	Reclamação	Informação	Elogio	Solicitação	Denúncia	Sugestão	Totais
Recesso forense/plantão judicial	3	2		2			7
Evento promovido pelo CNJ	3	2		1			6
Metas nacionais do Poder Judiciário		4				2	6
Modelos únicos de certidões	1	3		1		1	6
Projudi	2	2		2			6
Renajud	1	3		2			6
Atuação de ouvidoria de tribunal	2	1	2				5
Inspeções no Poder Judiciário		3		1		1	5
Imprensa do CNJ	1			3			4
Morosidade processual no CNJ	4						4
Outros concursos públicos	3				1		4
Concurso de remoção		3					3
Inscrição de pretendente no CNA		3					3
Portal do CNJ	2					1	3
Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA (Res. 63/2008)		3					3
Estágio no CNJ	1	1					2
Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009)					2		2
Jurisprudência do CNJ - Infojuris		2					2
Relato ofensivo	2						2
Advocacia voluntária (Res. 62/2009)				1			1
Bacenjud (Res. 61/2008)		1					1
Banco de Dados de Mandados de Prisão (Res. 137/2011)		1					1
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas		1					1
Numeração única		1					1
Outros assuntos	21	67	2	27	2	4	123
<b>Totais</b>	<b>3.070</b>	<b>1.175</b>	<b>788</b>	<b>607</b>	<b>325</b>	<b>130</b>	<b>6.095</b>

Obs.: O registro pode ser classificado com mais de um assunto.

## 2.1 Dados dos Processos

Levando em conta os relatos recebidos no trimestre, 2.958 (52,76%) continham os dados do processo a que se referiam, como, por exemplo, número, órgão em que tramitava, instância em que se encontrava, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se encontrava em fase de execução. Abaixo, a discriminação dos dados, segundo a esfera ou tribunal de onde se originaram:

Localização	Totais	%
Justiça Estadual	1.540	52,06%
Justiça Federal	309	10,45%
Justiça do Trabalho	280	9,47%
Conselho Nacional de Justiça	205	6,93%
Superior Tribunal de Justiça	98	3,31%
Supremo Tribunal Federal	85	2,87%
Tribunal Superior do Trabalho	21	0,71%
Justiça Eleitoral	8	0,27%
Justiça Militar Estadual	5	0,17%

Localização	Totais	%
Justiça Militar da União	4	0,14%
Tribunal Superior Eleitoral	3	0,10%
Não Informado	400	13,52%
<b>Totais</b>	<b>2.958</b>	

As tabelas a seguir agrupam os dados dos processos objeto das manifestações quanto a tratarem de feitos julgados e em fase de execução. A maior demanda é sobre processos julgados, com 46,49%, e que não estão em fase de execução, com 54,56%.

Localização	Julgado			Totais
	Sim	Não	NI	
Justiça Estadual	709	766	65	1.540
Justiça Federal	146	156	7	309
Justiça do Trabalho	236	35	9	280
Superior Tribunal de Justiça	43	48	7	98
Supremo Tribunal Federal	37	31	17	85
Tribunal Superior do Trabalho	8	12	1	21
Justiça Eleitoral	7		1	8
Justiça Militar Estadual	3	2		5
Justiça Militar da União	1	3		4
Tribunal Superior Eleitoral	3			3
Não Informado	87	86	227	400
<b>Total</b>	<b>1.280</b>	<b>1.139</b>	<b>334</b>	<b>2.753</b>
	46,49%	41,37%	12,13%	

Localização	Em execução			Totais
	Sim	Não	NI	
Justiça Estadual	517	958	65	1.540
Justiça Federal	88	214	7	309
Justiça do Trabalho	179	92	9	280
Superior Tribunal de Justiça	30	61	7	98
Supremo Tribunal Federal	31	40	14	85
Tribunal Superior do Trabalho	5	15	1	21
Justiça Eleitoral	4	4		8
Justiça Militar Estadual	1	4		5
Justiça Militar da União		4		4
Tribunal Superior Eleitoral	1	2		3
Não Informado	66	108	226	400
<b>Total</b>	<b>922</b>	<b>1.502</b>	<b>329</b>	<b>2.753</b>
	33,49%	54,56%	11,95%	

NI: não informado.

Das manifestações que continham dados do processo, a maior parte, 1.331 (45%), tratavam de morosidade processual no Poder Judiciário, seguida das que diziam respeito a decisão judicial, no total de 230 (7,78%). As demandas relativas à morosidade processual estão detalhadas no item a seguir.

## 2.2 Morosidade Processual

A maior parte das demandas recebidas na Ouvidoria, de forma recorrente, compõe-se de manifestações referentes à morosidade processual no Poder Judiciário, representando 25,82% dos registros de outubro a dezembro. Tomando em conta apenas as demandas com essa classificação temática, 92,06% são reclamações.

Considerando o perfil dos demandantes, 9,4% das demandas são de pessoas com deficiência e 16,71%, de maiores de 60 anos. Levando em consideração o gênero dos demandantes, 65,12% são de pessoas do sexo masculino:

	Portador de Deficiência ou Doença Grave		Maior de 60 anos		Sexo		
	Não	1.426	90,60%	1.311	83,29%	Feminino	549
Sim	148	9,40%	263	16,71%	Masculino	1.025	65,12%
Total	1.574				1.574		

O maior número de demandas que se referem à morosidade processual origina-se do Estado da Maranhão, representando 40,91% do total (de demandas originadas) do Estado, seguido da Bahia, com 35,34%, e Rondônia, com 34,09%. Percebeu-se diferença em relação ao terceiro trimestre, em que os Estados da Bahia, Piauí e Rio de Janeiro figuraram nos três primeiros lugares nesse aspecto:

Estado	Morosidade Processual	Totais	%
MA	45	110	40,91%
BA	182	515	35,34%
RO	15	44	34,09%
RJ	318	942	33,76%
AL	24	72	33,33%
PI	22	66	33,33%
MS	24	77	31,17%
MT	29	96	30,21%
CE	40	139	28,78%
AM	19	70	27,14%
MG	150	566	26,50%
PE	50	192	26,04%
GO	45	175	25,71%
ES	42	174	24,14%
SE	10	43	23,26%
RN	21	92	22,83%
RS	62	273	22,71%
PA	18	82	21,95%
PR	59	291	20,27%
PB	16	80	20,00%
SP	285	1425	20,00%
DF	45	227	19,82%
SC	33	178	18,54%
RR	2	12	16,67%
TO	9	58	15,52%
AC	1	10	10,00%
AP	1	19	5,26%

Estado	Morosidade Processual	Totais	%
Não informado	7	67	10,45%
<b>Totais</b>	<b>1.574</b>	<b>6.095</b>	<b>25,82%</b>

Relativamente à ocupação dos demandantes, o maior número de manifestações sobre morosidade foi feito por desempregados (37,15%) e aposentados (36,5%), conforme tabela abaixo:

Ocupação	Morosidade Processual	Totais	%
Desempregado	146	393	37,15%
Aposentado	242	663	36,50%
Pensionista	25	76	32,89%
Militar	34	110	30,91%
Advogado	308	1052	29,28%
Empregado de empresa privada	131	455	28,79%
Empregado público	49	185	26,49%
Profissional liberal ou autônomo	116	520	22,31%
Presidiário	16	76	21,05%
Estudante	87	418	20,81%
Servidor público	240	1264	18,99%
Empresário	41	217	18,89%
Defensor público	1	7	14,29%
Delegado de polícia	1	8	12,50%
Perito	3	24	12,50%
Magistrado	1	36	2,78%
Não informado	133	585	22,74%
<b>Totais</b>	<b>1.441</b>	<b>6.095</b>	<b>23,64%</b>

Das 2.958 manifestações recebidas com dados do processo, 1.331 foram classificadas com o tema morosidade processual.

No que se refere à origem dos processos, a maioria tramita na Justiça Estadual (57,52%), seguindo-se a Justiça Federal (15,58%):

Localização	Totais	%
Justiça Estadual	757	57,52%
Justiça Federal	205	15,58%
Justiça do Trabalho	133	10,11%
Superior Tribunal de Justiça	56	4,26%
Tribunal Superior do Trabalho	16	1,22%
Justiça Eleitoral	1	0,08%
Tribunal Superior Eleitoral	1	0,08%
Justiça Militar Estadual	1	0,08%
Não Informado	146	11,09%
<b>Total</b>	<b>1.316</b>	

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

Na tabela a seguir, detalham-se as classes dos processos tratados nas demandas classificadas como morosidade processual:

Classe	Just. Estadual	Just. Federal	Just. Trabalhista	STJ	TST	Just. Militar da União	Just. Eleitoral	TSE	NI	Total geral
Procedimento do juizado especial cível	80	35							8	123
Ação trabalhista - rito ordinário			74	1	5				9	89
Apelação / reexame necessário	20	31								51
Ação civil coletiva	25	10	7						3	45
Inventário	36								1	37
Cumprimento de sentença	25	4							6	35
Ação penal - procedimento ordinário	24	6							1	31
Ação de alimentos	28									28
Mandado de segurança coletivo	19	3							1	23
Procedimento sumário	19	3							1	23
Execução contra a fazenda pública	12	4							2	18
Recursos trabalhistas			11	2	3				1	17
Reintegração / manutenção de posse	13	1	1						2	17
Alimentos - Lei nº 5.478/68	15	1								16
Outros procedimentos de jurisdição voluntária	13	3								16
Dúvida	13	2								15
Execução da pena	12			1					1	14
Procedimento de cumprimento de sentença/decisão	13								1	14
Recurso inominado	3	11								14
Alvará judicial	10		1						2	13
Outras medidas provisionais	10	1							1	12
Agravo				11						11
Agravo de instrumento em recurso de revista			6		5					11
Pedido de providências									11	11
Usucapião	10								1	11
Ação civil de improbidade administrativa	9	1								10
Ação popular	8	2								10
Consignação em pagamento	7		1						2	10
Exceção de coisa julgada	9								1	10
Execução fiscal	6	3							1	10
Alimentos - provisionais	7	1							1	9
Ação de cumprimento			4	3					1	8
Ação penal				8						8
Cumprimento provisório de decisão	6	2								8
Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança	8									8
Divórcio litigioso	6								2	8
Ação penal de competência do júri	6	1								7
Agravo de instrumento em agravo de petição		6	1							7
Execução provisória	6									6
Recurso em habeas corpus				6						6

Classe	Just. Estadual	Just. Federal	Just. Trabalhista	STJ	TST	Just. Militar da União	Just. Eleitoral	TSE	NI	Total geral
Ação cível originária										0
Ação penal - procedimento sumário	5									5
Desapropriação	5									5
Embargos à execução fiscal	2	2							1	5
Guarda	5									5
Imissão na posse	5									5
Providência	5									5
Separação litigiosa	5									5
Tutela	5									5
Ação trabalhista - rito sumário (alçada)			3							3
Adoção	4									4
Agravo de execução penal	3	1								4
Agravo de petição		3	1							4
Arrolamento comum	4									4
Arrolamento de bens	4									4
Dissolução e liquidação de sociedade	4									4
Embargos à arrematação	1	1	2							4
Execução de multa	4									4
Habilitação de crédito	4									4
Monitória	4									4
Prestação de contas - exigidas	4									4
Ação trabalhista - rito sumaríssimo			3							3
Demarcação / divisão	3									3
Despejo por falta de pagamento	3									3
Embargos do acusado	3									3
Interdição	3									3
Justificação		3								3
Liberdade provisória com ou sem fiança	2			1						3
Medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	3									3
Recurso administrativo	1	2								3
Representação por excesso de prazo									3	3
Ação penal - procedimento sumaríssimo	2									2
Agravo de instrumento em recurso ordinário			1	1						2
Alienação judicial de bens	2									2
Alvará judicial - Lei 6.858/80	2									2
Anistia		2								2
Anulação e substituição de títulos ao portador	1								1	2
Apelação				2						2
Apelação cível				2						2
Assistência judiciária	1	1								2
Auto de prisão em flagrante	1			1						2
Busca e apreensão em alienação	2									2

Classe	Just. Estadual	Just. Federal	Just. Trabalhista	STJ	TST	Just. Militar da União	Just. Eleitoral	TSE	NI	Total geral
fiduciária										
Conversão de separação judicial em divórcio	2									2
Correição ordinária	1	1								2
Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	2									2
Cumprimento provisório de sentença	2									2
Declaratória de constitucionalidade	2									2
Embargos infringentes e de nulidade	1	1								2
Execução de medida de segurança	2									2
Execução provisória em autos suplementares			2							2
Falência de empresários, sociedades empresárias, microempresas e empresas de pequeno porte	2									2
Habeas corpus										0
Recurso em procedimento de controle administrativo									2	2
Recurso em processo administrativo disciplinar em face de servidor	2									2
Recurso em sentido estrito				2						2
Requisição de pequeno valor				2						2
Restituição de coisas apreendidas	2									2
Suspensão de liminar ou antecipação de tutela	1	1								2
Abertura, registro e cumprimento de testamento	1									1
Ação originária especial										0
Ação penal militar - procedimento ordinário						1				1
Agravo de instrumento em recurso de habeas corpus				1						1
Agravo de instrumento em recurso extraordinário										0
Alienação de bens do acusado	1									1
Arresto	1									1
Boletim de ocorrência circunstanciada	1									1
Caução	1									1
Cautelar fiscal		1								1
Cobrança de cédula de crédito industrial	1									1
Conflito de atribuição				1						1
Conflito de competência										0
Consulta									1	1
Crimes ambientais		1								1
Crimes contra a propriedade	1									1

Classe	Just. Estadual	Just. Federal	Just. Trabalhista	STJ	TST	Just. Militar da União	Just. Eleitoral	TSE	NI	Total geral
imaterial										
Depósito		1								1
Despejo	1									1
Divórcio consensual	1									1
Emancipação	1									1
Embargos de divergência em recurso especial									1	1
Exceção de ilegitimidade de parte	1									1
Exibição	1									1
Habilitação		1								1
Habilitação para adoção	1									1
Impugnação ao cumprimento de decisão		1								1
Impugnação ao valor da causa			1							1
Impugnação de crédito	1									1
Incidente de uniformização de jurisprudência		1								1
Inquérito extrajudicial	1									1
Inquérito para apuração de falta grave			1							1
Instrução de rescisória	1									1
Liquidação por arbitramento	1									1
Medida cautelar				1						1
Medidas assecuratórias		1								1
Medidas protetivas - estatuto do idoso	1									1
Nunciação de obra nova	1									1
Oposição	1									1
Pedido de busca e apreensão criminal	1									1
Pedido de prisão temporária	1									1
Pedido de uniformização de interpretação de lei federal		1								1
Prestação de contas - oferecidas	1									1
Processo eleitoral							1			1
Produção antecipada de provas		1								1
Reclamação/revisão disciplinar									1	1
Recurso de multa			1							1
Recurso de revista					1					1
Recurso em mandado de segurança				1						1
Recurso em sentido estrito/recurso <i>ex officio</i>	1									1
Recurso especial eleitoral									1	1
Reexame necessário / recurso ordinário			1							1
Regulamentação de visitas	1									1
Relaxamento de prisão	1									1
Remição do imóvel hipotecado		1								1
Restituição de coisa ou dinheiro na falência do devedor empresário	1									1

Classe	Just. Estadual	Just. Federal	Just. Trabalhista	STJ	TST	Just. Militar da União	Just. Eleitoral	TSE	NI	Total geral
Retificação de registro de imóvel	1									1
Sindicância									1	1
Sonegados	1									1
Suspensão de execução de sentença	1									1
Termo circunstanciado	1									1
Tutela e curatela - nomeação	1									1
Tutela e curatela - remoção e dispensa	1									1
Não informado	125	46	11	9	2			1	74	268
<b>Total geral</b>	<b>757</b>	<b>205</b>	<b>133</b>	<b>56</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>146</b>	<b>1.316</b>

As reclamações concernentes a processos não julgados representam 52,81% dos registros, e 40,27% referem-se a processos já julgados. Os em fase de execução representam 30,32%, e os processos que não atingiram essa fase, 62,84%:

Localização	Julgado			Totais
	Não	Sim	NI	
Justiça Estadual	453	283	21	757
Justiça Federal	126	76	3	205
Justiça do Trabalho	20	109	4	133
Superior Tribunal de Justiça	40	15	1	56
Tribunal Superior do Trabalho	8	8		16
Justiça Militar da União	1			1
Justiça Eleitoral		1		1
Tribunal Superior Eleitoral		1		1
Não Informado	47	37	62	146
<b>Totais</b>	<b>695</b>	<b>530</b>	<b>91</b>	<b>1.316</b>
	52,81%	40,27%	6,91%	

Localização	Execução			Totais
	Não	Sim	NI	
Justiça Estadual	519	217	21	757
Justiça Federal	155	47	3	205
Justiça do Trabalho	38	91	4	133
Superior Tribunal de Justiça	44	11	1	56
Tribunal Superior do Trabalho	12	4		16
Justiça Militar da União	1			1
Justiça Eleitoral	1			1
Tribunal Superior Eleitoral	1			1
Não Informado	56	29	61	146
<b>Totais</b>	<b>827</b>	<b>399</b>	<b>90</b>	<b>1.316</b>
	62,84%	30,32%	6,84%	

Obs.: Não contabilizados os processos em tramitação no STF.

### 2.3. Utilização Indevida do Nome do CNJ

A Ouvidoria continua recebendo notícias de tentativas de golpes contra pessoas que são partes em processos judiciais. Os golpistas usam de forma indevida o nome do CNJ e solicitam vantagens às vítimas mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

Apesar da requisição de instauração de inquérito à Polícia Federal na apuração dos fatos, nesse trimestre foram recebidas onze manifestações por meio do formulário eletrônico e por meio telefônico, acerca de tentativas de golpes contra autores de ações no Judiciário, com utilização do nome do CNJ.

A Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ, informando-os de que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que não faz contatos telefônicos para cobrar valores sobre ações em curso no Poder Judiciário.

## 3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ que auxiliaram no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação:

Setor	Totais
Dep. de Monitoramento e Fiscalização do Sist. Carcerário e do Sist. de Exec. de Med. Socioeducativas	162
Corregedoria Nacional de Justiça	126
Seção de Seleção e Aperfeiçoamento	27
Secretaria Processual	18
Setor de Atendimento ao Usuário	13
Assessoria de Comunicação Social	11
Departamento de Gestão Estratégica	8
Gabinete do Conselheiro José Roberto Neves Amorim	7
Seção de Acompanhamento do Cumprimento das Deliberações do CNJ	5
Gabinete do Conselheiro Ney José de Freitas	3
Setor de Apoio às Comissões e Projetos	3
Seção de Legislação e Registros Funcionais	2
Gabinete do Conselheiro Jefferson Kravchychyn	2
Subsecretaria de Protocolo, Autuação e Distribuição	2
Gabinete Conselheiro Marcelo Rossi Nobre	1
Gabinete do Conselheiro José Lucio Munhoz	1
Gabinete do Conselheiro José Guilherme Vasi Werner	1
Gabinete do Conselheiro Fernando da Costa Tourinho	1
Gabinete do Conselheiro Gilberto Valente Martins	1
Secretaria de Controle Interno	1
<b>Totais</b>	<b>395</b>

## 4. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

No período, houve 1.172 encaminhamentos às ouvidorias e corregedorias dos tribunais. Essas demandas tratavam de atraso na movimentação processual e de questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando necessário, considerando a hipótese do artigo 7.º, I, da Resolução CNJ n.º 103/2010, houve orientação dos demandantes para direcionar seu questionamento ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:

Órgão de Destino	Totais
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	162
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de São Paulo	144
Ouvidoria do Tribunal de Justiça da Bahia	140
Gerência de Registro e Suporte à Ação Correcional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais	67
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	54
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça	42
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Paraná	39
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	38
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Ceará	33
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região	33
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco	30
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	26
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina	23
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Mato Grosso	22
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho	20
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	19
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Goiás	18
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão	18
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Espírito Santo	17
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	16
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região	16
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	15
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Piauí	14
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	13
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Alagoas	12
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Tocantins	12
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	12
Ouvidoria do Tribunal de Justiça da Paraíba	11
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Pará	10
Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (1º grau)	9
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Amazonas	9
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul	9
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região	9
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	5
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	5
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Rondônia	4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	4
Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo	3
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	3
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	3

Órgão de Destino	Totais
Central do Cidadão e Atendimento - Supremo Tribunal Federal	2
Central do Eleitor - Tribunal Superior Eleitoral	2
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Amapá	2
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Pará - Região Metropolitana	2
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Sergipe	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	2
Ouvidoria do Fórum Clóvis Beviláqua/Tribunal de Justiça do Ceará	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária de Santa Catarina	1
Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (2º grau)	1
<b>Total geral</b>	<b>1.172</b>

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria/CNJ, para registro ou adoção de medidas. Das demandas encaminhadas no quarto trimestre, foram recebidas 907 respostas finais com informações acerca das providências adotadas, o que representa 77,39% dos registros encaminhados.

As reclamações, sugestões e críticas que não se refiram a providências a cargo do Conselho Nacional de Justiça são encaminhadas aos órgãos responsáveis, e comunica-se a providência ao interessado. Foram encaminhadas nesse período duas demandas à Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público, oito às defensorias públicas estaduais e uma ao Ministério da Justiça.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados neste Relatório seguem os parâmetros utilizados nos períodos anteriores. O tema morosidade processual no Poder Judiciário ainda permanece com elevada incidência. Para maior detalhamento das características desse tipo de demanda, têm-se solicitado dos demandantes informações como ocupação, Estado de origem, órgãos e instância em que tramitam os processos etc.

No mês de dezembro ocorreu número importante de registros concernentes à atuação da Corregedoria Nacional de Justiça, com 11,94% das manifestações, em particular de elogio à atuação daquele órgão.

A Ouvidoria tem procurado cumprir a meta estabelecida pelo Departamento de Gestão Estratégica, em consonância com o planejamento estratégico

do Conselho Nacional de Justiça, segundo a qual 93% das demandas devem ser respondidas em cinco dias úteis. Levando em conta os dados deste relatório, conseguiu-se atingir a meta em 90% dos casos.

Em atendimento ao art. 4º, III da Resolução do CNJ nº 103/2010, a Ouvidoria, ao promover maior integração com as demais ouvidorias judiciais e corregedorias dos tribunais, tem contribuído para maior efetividade na resolução das demandas dos cidadãos, orientando-os para que as procurem e, no caso de omissão ou inação desses órgãos, promovam reclamação ao CNJ.

Com o objetivo de garantir resposta efetiva ao cidadão, a Ouvidoria, por determinação do atual Ouvidor, passou a acompanhar as demandas encaminhadas aos órgãos do Poder Judiciário e a renotificar aqueles que não tenham encaminhado resposta ao cidadão.

Além das manifestações direcionadas aos órgãos integrantes do Poder Judiciário, a Ouvidoria remete-as também a órgãos como o Conselho Nacional do Ministério Público e as defensorias públicas, buscando o eficaz atendimento das demandas que recebe.

Brasília, 13 de abril de 2012.



WELLINGTON CABRAL SARAIVA  
Conselheiro  
Ouvidor

*Cristiana Gontijo Bastos*  
Chefe de Gabinete

Técnicos:

*Alexandre Padula Jannuzzi*  
*Anderson Moreira da Silva*  
*Hubner Alessandro Rocha*  
*Inaldo do Nascimento*  
*Mariana Feltrini Turibio*

Apoio:

*Eunice de Costa Oliveira*  
*Mayana Camilla Oliveira Carvalho*  
*Rebeca Pereira de Oliveira*